



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150801 - MG (2021/0232400-9)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
RECORRENTE : VALDEZ APARECIDO MONTEIRO DA SILVA
ADVOGADO : LEANDRO MÁRCIO DINIZ CAMPOS - MG091568
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VALDEZ APARECIDO MONTEIRO DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.109423-0/000).

O recorrente foi preso preventivamente por suposta prática do delito previsto no art. 16 da Lei n. 10.826/2003.

Sustenta que a decisão que decretou a prisão preventiva carece de fundamentação idônea, tendo em vista que não estariam preenchidos os requisitos autorizadores da custódia cautelar, previstos no art. 312 Código de Processo Penal, o que caracteriza constrangimento ilegal.

Aduz que ostenta condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, residência fixa a ocupação lícita.

Destaca a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que a prisão preventiva poderia ser substituída por cautelares descritas no art. 319 do Código de Processo Penal, notadamente diante da pandemia de covid-19, consoante o disposto na Recomendação CNJ n. 62/2020 e na Portaria Conjunta n. 19/PR-TJMG/2020.

Alega a falta de contemporaneidade na decretação da medida constritiva, uma vez que os fatos teriam ocorrido em março de 2018.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação ou o relaxamento de sua segregação cautelar, com ou sem a imposição de medidas cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do recorrente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida. Confira-se (e-STJ fls. 185/190):

[...]

Inicialmente, ao contrário do que foi sustentado na impetração, verifica-se que as decisões impugnadas encontram-se suficientemente fundamentadas em dados objetivos extraídos dos autos, atendendo ao comando dos artigos 93, inciso IX da Constituição Federal e 315 do Código de Processo Penal.

Segundo consta no APFD (ord. 2, fl. 1/10), policiais militares, em cumprimento de mandado de busca e apreensão na fazenda do empregador do paciente, localizaram, no quarto ocupado por este último, uma

espingarda, de calibre 12, coletes balísticos e uma touca ninja.

Além disso, posteriormente, o paciente compareceu à Delegacia de Polícia e assumiu a propriedade da mencionada arma de fogo, bem de como 9 (nove) munições de calibre .40, 1 (uma) de calibre .44, 1 (uma) de calibre 9mm e um projétil deflagrado de calibre .45. Afirmou, ainda, que, na data da ocorrência, evadiu do local quando notou a chegada dos policiais.

Constata-se que o paciente já ostenta registros criminais, sendo, inclusive, reincidente específico (FAC –ord. 6), bem ainda encontra-se foragido desde o ano de 2018, quando foi exarado o decreto preventivo, tudo a revelar a contemporaneidade dos fundamentos que motivaram a medida constritiva extrema.

Válido frisar que o risco real de reiteração delitiva e à fuga do distrito da culpa são circunstâncias que não só autorizam, mas recomendam a adoção da medida restritiva de liberdade, consoante iterativa jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Registra-se, ademais, que também foram atendidos 2 (dois) dos pressupostos de admissibilidade insertos no art. 313 do CPP, mais especificamente, os incisos le II –, pois, além de se tratar de paciente reincidente em crime doloso, a pena máxima abstrata prevista para o crime em comento supera⁰⁴ (quatro) anos.

Desse modo, diante da concreta periculosidade do agente, julga-se, por questão lógica, ser inadequada e insuficiente a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

(...)

Nestes termos, verifica-se que a decisão do juízo a quo encontra-se em consonância com as novas diretrizes determinadas pela Lei nº 12.403/11, razão pela qual incabível é a tese de ausência dos motivos ensejadores da prisão preventiva do paciente.

Quanto à alegação de ausência de contemporaneidade para a decretação da prisão preventiva, observa-se que esta não encontra suporte nos autos.

Na hipótese, observa-se que as diligências que resultaram na apreensão dos materiais bélicos supostamente pertencentes ao paciente ocorreram em 03/03/2018, tendo a autoridade policial representado pela decretação da prisão preventiva em 05/04/2018 e o d. Juiz a quo exarado o decreto prisional em 07/08/2018.

Todavia, infere-se das informações prestadas pela autoridade judicial (ord. 4) que o mandado de prisão expedido em desfavor do paciente ainda não foi cumprido, sendo certo que ele se encontra foragido.

Dessa forma, não se observa qualquer ofensa à

contemporaneidade para a tomada da decisão, pois, além de o paciente estar foragido, o d. Juiz singular proferiu o decreto preventivo logo após a representação ofertada pela autoridade policial e a manifestação favorável do Parquet (ord. 12), sem decurso significativo de prazo.

Nesse momento, foi permitido ao juízo, de forma regular, reunir elementos de convicção suficientes sobre o preenchimento dos requisitos previstos nos artigos 312 e 313 do CPP.

(...)

Dessa forma, diante das peculiaridades do caso concreto, não se constata a ausência de contemporaneidade na decretação da prisão preventiva do paciente.

Da mesma forma não se mostra suficiente para a concessão da liberdade o fato de o paciente alegar que ostenta condições pessoais favoráveis. Supostos atributos pessoais, em face do fundado risco de reiteração delitiva, não o tornam imune à segregação.

(...)

Não bastasse, melhor sorte não assiste ao paciente em relação à aplicação do princípio da presunção de inocência. Este princípio não impede que medidas sejam aplicadas ao réu, mesmo antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que estas sejam de cunho cautelar, necessárias e provisórias, como é o caso em comento.

(...)

Por derradeiro, e não menos importante, cumpre consignar que a Portaria Conjunta nº 19/PR/TJMG, invocada na impetração, foi revogada em 16/03/2021 pela Portaria Conjunta nº 33/PR/TJMG. E, ainda que assim não fosse, não restou demonstrado nos autos, por meio de prova pré-constituída, que o paciente encontra-se acometido por doença grave ou em situação de acentuada vulnerabilidade.

Assim, presentes os requisitos autorizadores da manutenção da medida excepcional e suficientemente fundamentadas as decisões combatidas, não se vislumbra a existência de constrangimento ilegal sanável pela estreita via do writ.

[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência